

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DEECO



IMPACTOS DO AUXÍLIO EMERGENCIAL SOBRE A RENDA NO BRASIL EM 2020

DYELLE CARLA VILELA SALES

Mariana-MG

2023

DYELLE CARLA VILELA SALES

IMPACTOS DO AUXÍLIO EMERGENCIAL SOBRE A RENDA NO BRASIL EM 2020

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação da Prof.^a Dra. Cristiane Santos;

Mariana-MG
DEECO/ ICSA/UFOP
2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S163i Sales, Dyelle Carla Vilela.
Impactos do auxílio emergencial sobre a renda no Brasil em 2020
[manuscrito]: impactos do auxílio emergencial sobre a renda no Brasil
em 2020. / Dyelle Carla Vilela Sales. - 2023.
21 f. (Série: 0)

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Márcia dos Santos.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências
Econômicas .

ISBN: 0.
ISSN: 0.

1. Assistência econômica interna - Brasil. 2. Disparidades econômicas
regionais - Brasil. 3. Pobreza. 4. Renda pública - Distribuição. 5. Subsídios
governamentais. I. dos Santos, Cristiane Márcia. II. Universidade Federal
de Ouro Preto. III. Título.

CDU 330.56(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - SIAPE: 0.980.794



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Dyelle Carla Vilela Sales

Impactos do auxílio emergencial sobre a renda no Brasil em 2020

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 23 de março de 2023

Membros da banca

Profª Drª Cristiane Márcia dos Santos - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Martin Harry Vargas Barrenechea - Universidade Federal de Ouro Preto
Profª. Me. Rosilene Aparecida Felicio - Universidade Federal de Ouro Preto

Profª Drª Cristiane Márcia dos Santos, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 23/03/2023



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Marcia dos Santos, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/04/2023, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0505590** e o código CRC **A07694D8**.

Resumo

Este trabalho teve por finalidade analisar as causas da desigualdade de renda do Brasil bem como o impacto do auxílio emergencial no nível da desigualdade. Por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-COVID19) de maio a novembro de 2020 foi realizada a análise do impacto de cada variável explicativa da equação de rendimentos sobre a desigualdade. Observou-se que dentre as variáveis analisadas a variável educação resultou no maior impacto positivo sob a renda, evidenciando sua importância para a redução da desigualdade, em contrapartida, os resultados referentes as variáveis sexo e cor indicam a existência de discriminação de gênero e raça. A variável auxílio por sua vez não apresentou resultados expressivos para reduzir a desigualdade no período analisado, mas, se mostrou eficiente para conter os impactos providos pela pandemia. Diante disso, examinar as causas da desigualdade se torna essencial para a compreensão dos determinantes que contribuíram para o seu crescimento, sendo possível identificar suas raízes, a fim de orientar na elaboração de políticas públicas mais satisfatórias.

Palavras-Chave: Desigualdade; Auxílio Emergencial; Distribuição de renda; Pobreza;

Abstract

The purpose of this work was to analyze the causes of income inequality in the Brazil as well as the impact of emergency aid on the level of inequality. through data from the National Household Sample Survey (PNAD-COVID19) in May to november 2020, the analysis of the impact of each explanatory variable of the income equation over inequality. It was observed that among the variables analyzed, the education variable resulted in the greatest positive impact on income, evidencing its importance for the reduction of inequality, on the other hand, the results referring to gender and color variables indicate the existence of gender discrimination. gender and race. The aid variable, in turn, did not show expressive results to reduce inequality in the analyzed period, but proved to be efficient for contain the impacts provided by the pandemic. In view of this, examining the causes of inequality becomes essential for understanding the determinants that contributed to its growth, making it possible to identify its roots, in order to guide in the elaboration of more satisfactory public policies.

Keywords: Inequality; Emergency Aid; Income distribution; Poverty;

SUMÁRIO

1) INTRODUÇÃO	6
1.2. Hipótese	8
1.3 Objetivos	8
1.3.1 Objetivo geral	8
1.3.2 Objetivos específicos	8
2) REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1) Panorama da desigualdade de renda no brasil	10
3) METODOLOGIA	13
3.1 Equação minceriana	14
3.2 Fontes de dados	15
4) RESULTADOS E DISCUSSÃO	15
5) CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade de renda e o crescente nível da pobreza são realidades persistentes no Brasil há séculos, e durante a pandemia mundial da covid-19, observou-se uma expansão significativa de ambas, trazendo impactos econômicos e sociais sem precedentes que podem ser vistos até os dias atuais, e conseqüentemente, trazem grandes desafios para as políticas públicas que visam um país mais justo e igualitário.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2006), entre os anos de 2001 e 2004 a desigualdade de renda apresentou queda contínua e substancial, alcançando seu menor nível nos últimos 30 anos, acarretando expressiva redução da pobreza e extrema pobreza no Brasil. Conforme destacado por Barros (2007), essa queda é resultado de diferentes fatores combinados, como por exemplo, a amplificação de uma rede de proteção social eficiente, maior incorporação do mercado de trabalho, e redução das desigualdades de rendimentos do mercado de trabalho oriunda da desigualdade educacional.

Trovão (2020), aponta que durante o período de 2001 a 2014 podia se observar redução da concentração de renda, que estaria diretamente ligada a resultados positivos de políticas públicas de distribuição de renda como por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF), além do bom desempenho do mercado de trabalho, que apresentava redução considerável do desemprego no período analisado. Em contrapartida, entre os anos de 2015 e 2020, o coeficiente de Gini¹ apresentou-se crescente, os dados mostraram que em 2015 o coeficiente era de 0,485 e em 2020 passou para 0,500, isto é, um acréscimo de 0,015, sugerindo, portanto, um aumento da concentração de renda total.

Segundo o autor, este aumento, poderia estar associado a contração do crescimento econômico no período analisado. Nesse sentido, ressalta que, tanto a dinâmica do mercado de trabalho quanto às políticas de transferências de renda apesar de serem fundamentais no tocante a diminuição de desigualdade, foram

¹O índice de Gini é a medida de desigualdade mais utilizada, a qual pode variar de 0 a 1, sendo assim, quanto mais próximo de 1 maior será o nível de desigualdade (IPEA, 2004).

insuficientes para impedir o aumento da concentração de renda.

Apesar dos avanços apontados, o Brasil sempre esteve em patamares elevados em relação à desigualdade, sendo considerado um dos países com a maior concentração de renda do mundo. Dentre 124 países 95% possuem distribuições menos concentradas que a do Brasil, no qual, os 10% mais ricos detêm mais de 40% da renda, por outro lado os 40% mais pobres assumem menos de 10% da renda total. No que se refere aos programas de transferências de renda, sua efetividade em relação a redução de desigualdade depende tanto dos valores que são pagos às famílias, quanto ao grau de acolhimento da população mais pobre. (BARROS, 2007).

De acordo a Fundação Getúlio Vargas - FGV (2020), “Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro” a pandemia da COVID-19 impactou substancialmente o mercado de trabalho. Nos primeiros meses de pandemia a renda individual do trabalho caiu 20,1%, a maior queda já observada na série histórica iniciada em 2012, além disso, houve um forte aumento do índice de desigualdade, o estudo aponta que em apenas um trimestre o índice de Gini aumentou cerca de 2.82%, esse aumento, refletiu em uma queda de 27.9% na renda dos 50% mais pobres, enquanto a queda na renda dos 10% mais ricos foi de 17,5%.

No primeiro trimestre completo da pandemia a renda individual do trabalho do brasileiro, aí incluindo segmentos formais, informais e desocupados, apresentou queda média de 20.1%, enquanto a sua desigualdade, medida pelo índice de Gini, subiu 2.82%. Tanto o nível como a variação das duas variáveis constituem recordes negativos nas respectivas séries históricas iniciadas em 2012. A renda trabalhista da metade mais pobre da distribuição caiu 27.9% contra 17.5% para os 10% mais ricos brasileiros. (FGV, 2020).

Conforme apresentado, durante a pandemia da Covid-19 a desigualdade de renda ficou ainda mais visível, logo, ressalta-se a importância de analisar suas causas e seus impactos econômicos. Vale ressaltar, que não existe certa concordância dentre as diferentes ideias acerca dos principais determinantes da desigualdade, porém, existem fatores que influenciam a distribuição de renda, propiciando uma distribuição desigual, e que conseqüentemente contribui para o aumento constante da desigualdade de renda no Brasil.

Tomando como base a argumentação até aqui apresentada, este trabalho pretende analisar as variáveis que impactaram a desigualdade de renda no Brasil

durante o ano de 2020, em específico o auxílio emergencial. Para se alcançar o objetivo central da presente monografia, a mesma encontra-se organizada em 4 seções, sendo esta introdução a primeira delas. Na seção 2 é apresentado o referencial teórico o qual fundamenta o trabalho proposto. Na seção 3 é exposta a metodologia utilizada, e os resultados encontrados serão apresentados na seção 4. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais.

1.2. Hipótese

O auxílio emergencial influenciou na redução da desigualdade de renda no Brasil em 2020.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a desigualdade de renda no Brasil no ano de 2020 e os impactos do auxílio emergencial.

1.3.2 Objetivos específicos

- (a) Conceituar desigualdade de renda.
- (b) Analisar as variáveis que contribuem para a desigualdade de renda no Brasil.
- (c) Analisar os principais impactos do auxílio emergencial sobre desigualdade de renda no Brasil em 2020.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A desigualdade de renda e suas respectivas causas sempre foram muito discutidas ao longo da literatura, todavia, há diversos estudos que se destinam a explicar sua origem bem como o seu crescente aumento. A seguir, serão apresentados alguns desses estudos que envolvem teorias voltadas para a análise da estrutura do mercado de trabalho, as particularidades dos trabalhadores, o comportamento da economia como um todo, entre outras.

2.1 Panorama da desigualdade de renda no Brasil

No decorrer da década de 70 havia uma ampla discussão acerca da desigualdade de renda, autores como Langoni (1973), Branco (1979) e Senna (1976) fundamentavam-se no modelo de conexão entre a Teoria de Capital Humano (TCH) e a Teoria do U invertido de Kuznets, de acordo com esse modelo o rápido crescimento econômico em um país que apresentava baixa renda per capita e vivenciava uma drástica mudança em sua estrutura produtiva foi um dos motivos que desencadearam a elevada concentração de renda no Brasil. (MENDES, 2005)

Em contrapartida, trabalhos como de Fishlow (1972, 1973), Hoffmann e Duarte (1972), Bacha e Taylor (1980), destacam os modelos de segmentação do mercado de trabalho bem como os componentes da distribuição funcional de renda para elucidar a concentração. (MENDES, 2005)

Desse modo, a natureza da desigualdade possuía diferentes explicações, a teoria de Fishlow por exemplo, responsabilizava a política salarial recessiva do governo de Castello Branco (1964-1967).

Fishlow (1978: 185) defende que as políticas governamentais, que restringiram severamente os salários nominais e simultaneamente aplicaram a "inflação corretiva", fizeram o salário mínimo real declinar 20%. Tendo em vista que a renda per capita cresceu mais rápido, no mesmo intervalo [de 1964 a 1970], com avanço de 22%, alguém havia ganhado, não apenas absoluta, mas também relativamente. Para ele, é provável que este ganho se tenha concentrado nos setores urbanos com renda acima da média, nos subsectores de finanças, nos cargos administrativos, etc. (MENDES, 2005, p. 141)

Por outro lado, Bacha (1980) defendia a ideia de que a abertura do leque salarial das autoridades de grandes empresas favoreceu o aumento da desigualdade. O autor explica que a hierarquia existente nessas firmas determinava a estrutura

salarial entre os funcionários, e de certa forma aumentava a concentração, posto que, os salários dos gestores dessas firmas estavam vinculados aos lucros auferidos, portanto, quanto maiores os lucros maiores os salários dos gestores enquanto os salários dos demais funcionários eram definidos pelo próprio mercado (MENDES, 2005).

A relação existente entre crescimento econômico e desigualdade de renda sempre estiveram em pauta nas discussões sobre os determinantes do aumento da desigualdade, em vista disso, Kuznets (1955), estabeleceu a hipótese de que no estágio inicial de crescimento há uma relação positiva entre crescimento e desigualdade, ou seja, a desigualdade tende a aumentar à medida que o crescimento econômico se expande.

Nesse sentido, Langoni por sua vez, associou o elevado crescimento econômico e a mudança da estrutura econômica agrária para a industrial, como sendo determinantes para a concentração de renda, através do “Efeito Kuznets” e a falta de mão-de-obra qualificada frente à crescente demanda. (MENDES, 2005)

Contrariamente à ideia de Kuznets (1955), Hoffman (1995), objetivando descrever o comportamento das medidas da pobreza e da desigualdade na distribuição de renda no Brasil entre 1979-1990, detalha como a crise econômica vivenciada na última década impactou a distribuição de rendimentos, para tal, analisa a distribuição de renda das famílias, apresentando uma análise de regressão entre a desigualdade de distribuição e inflação.

Os resultados da análise de Hoffman (1995) evidenciaram uma associação positiva entre a taxa de inflação e as medidas de desigualdade da distribuição da renda entre as famílias, além disso, foi possível auferir que a redução da pobreza na década de 70, ocorreu devido à expansão da renda per capita, combinada com a estabilidade da distribuição de renda, por outro lado, em 1990 a pobreza aumentou consideravelmente dado a ausência de crescimento econômico no período. Diante do estudo de Hoffman (1995), entende-se que as medidas para diminuir a desigualdade são mais eficientes na presença de crescimento econômico, logo, o crescimento econômico se torna essencial para reduzir a desigualdade de renda no País.

Em contrapartida, Langoni (1972), argumenta que diferenças educacionais

existentes entre os trabalhadores são um dos principais determinantes da desigualdade de renda no Brasil, posto que entre os anos de 1960 e 1970 houve aumento da desigualdade e constatou-se aumento significativo na sensibilidade dos salários à educação, o qual se deu devido à expansão educacional ocorrida na década de 60, que por consequência ampliou a demanda por trabalhadores com maior nível educacional, além disso, observou-se que uma parcela deste aumento estava diretamente relacionada à presença de instabilidade no mercado de trabalho.

Assim como Langoni, Barros (2006) relaciona a desigualdade, o mercado de trabalho e a educação, o autor aponta que a renda do trabalho da população é determinada pela qualificação dos indivíduos, no entanto, o mercado de trabalho estimula a desigualdade, dado que remunera de forma diferenciada trabalhadores que possuem a mesma produtividade, e assim, a desigualdade gerada no mercado de trabalho está diretamente relacionada com as características dos trabalhadores, como por exemplo, sexo, cor, idade, etnia, religião, entre outras.

Barros (2006), também discorre sobre os determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira entre 2001-2005, os resultados mostram que 50% da queda procederam da ascensão da renda não derivada do trabalho, por outro lado, variações na distribuição da renda do trabalho responderam aproximadamente à 1/3 da queda. Segundo ele, a desigualdade pode ser explicada pelas variações na distribuição de renda familiar por adulto, mas ressalta que se tratando das diferenças de sexo e cor, as mesmas não contribuiriam para explicar a queda da desigualdade, uma vez que, os salários das mulheres são bem mais inferiores que os dos homens, em que, homens com as mesmas características que as mulheres recebiam salários até 70% mais altos, em relação as diferenças raciais, pessoas brancas com características idênticas às dos negros recebiam remunerações 30% mais altas.

As opiniões de Barros (2006) sobre a desigualdade no mercado de trabalho associam-se a reflexão de Soares (2000), o autor aborda a discriminação no mercado de trabalho, segundo ele, a discriminação existente contra mulheres brancas, mulheres negras e homens negros são distintas, posto que, mulheres brancas quando comparadas com homens brancos que possuem produtividades iguais recebem bem menos que eles, enquanto os homens negros recebem menos pois possuem grau de

escolaridade menor e ocupam os piores cargos, em relação a mulheres negras a discriminação é ainda maior, pois lidam com a discriminação de gênero e de cor. Logo, é possível compreender que a discriminação existente no mercado de trabalho propicia a má distribuição de renda que conseqüentemente aumenta a desigualdade.

Assim como Soares (2000), Campante *et al.* (2004), analisaram a desigualdade salarial entre brancos e negros no mercado de trabalho brasileiro, diante das abordagens dos autores foi possível auferir que, a discriminação presente no mercado de trabalho é resultado das desigualdades educacionais entre brancos e negros. Além disso, foi possível constatar a presença de discriminação racial na inserção do mercado de trabalho, posto que, o negro tende a ser menos “lesado” pelo mercado de trabalho, quando ocupa cargo de servidor público, por exemplo, pois assim, será analisado pelo seu próprio mérito, portanto, a questão racial não será considerada e o seu salário não será diferenciado, entretanto, observou-se que a parcela de pessoas brancas ocupantes de cargos públicos são bem maiores quando comparadas com a parcela de negros em cargos públicos, logo, os autores salientam que tamanha diferença podem ser explicadas pelas desigualdades educacionais existentes no Brasil.

Em 2020, com a chegada da pandemia do coronavírus, a economia brasileira se deparou com grandes desafios para minimizar os impactos econômicos e sociais instaurados, diante desse cenário a implementação do auxílio emergencial foi crucial para a contenção da crise econômica, portanto, a fim de minimizar esses impactos, principalmente para a população mais pobre, o governo brasileiro instituiu pela lei nº 13.982 o auxílio emergencial. O programa era destinado a cidadãos que possuíam vínculo com programas de assistência social, bem como os desempregados, microempreendedores individuais (MEI), trabalhadores informais e autônomos. (CARDOSO, 2020).

Cabe aqui ressaltar a importância das políticas sociais que visam uma distribuição de renda equitativa, nesse sentido, os impactos dos programas de proteção social sempre tiveram influência sob o nível de desigualdade. Em vista disso, Soares et al. (2006), analisaram os impactos dos programas de transferência de renda sobre a pobreza e desigualdade no Brasil entre 1995 e 2004, para isso, foi desenvolvida uma metodologia que explicitasse a parcela da renda oriunda desses

programas, bem como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família em relação a renda total. Os resultados obtidos mostraram que ambos programas têm a maior parte de sua renda destinada às famílias que vivem na pobreza e extrema pobreza, logo, estes programas foram responsáveis por 28% da redução do índice de Gini entre 1995-2004.

Com base nas abordagens conceituais apresentadas sobre a desigualdade de renda é possível notar semelhanças e diferenças nas reflexões dos autores que se debruçam sobre esse tema, todavia, fica evidente que a desigualdade é um grande problema social o qual sempre esteve presente na história econômica do Brasil. Vale destacar, que são vários os fatores que à impactam, além dos inúmeros desafios impostos para alcançar a redução de desigualdade, entretanto, explorar suas causas e analisar períodos de sua ascensão, é fundamental para auxiliar na execução de políticas que visam uma distribuição de renda equitativa.

3. METODOLOGIA

A presente monografia consiste em pesquisa aplicada, de cunho descritivo e exploratório, que busca elencar as variáveis, além de apresentar informações que podem contribuir para uma nova perspectiva. O planejamento da pesquisa compreende o levantamento dos dados e a revisão da literatura, os resultados obtidos serão complementados com a análise voltada para o contexto em que se caracteriza esse trabalho, a fim de alcançar os objetivos propostos. Assim sendo, este trabalho busca analisar os efeitos do auxílio emergencial sob o nível da desigualdade, bem como pretende identificar os fatores que mais influenciaram o aumento da desigualdade de renda no Brasil, para atingir o objetivo proposto será feito um estudo da relevância de cada variável explicativa da equação de rendimentos.

Considerando que o benefício do auxílio emergencial atingiu em grande parte a população de baixa renda e conforme mostram os dados do IBGE divulgados em 2021, a região do nordeste possuía o menor rendimento médio domiciliar per capita em 2020, portanto, espera-se que este influencie positivamente a renda nesta região, além disso, presume-se que as mulheres negras tendem a ser mais beneficiadas com o auxílio emergencial em comparação aos homens, uma vez que, de acordo com os

estudos anteriores, a desigualdade de gênero e racial impactam negativamente a renda; No tocante a variável educação espera-se impacto positivo, dado que, conforme a literatura estudada quanto maior o nível de escolaridade maior a renda; No que se refere a variável idade espera-se retorno negativo, posto que o envelhecimento reduz as chances no mercado dada a diminuição da capacidade funcional.

3.1 Equação minceriana

A equação de rendimentos, ou equação minceriana foi proposta por Jacob Mincer em 1974, a qual é a estrutura básica para o entendimento dos retornos de escolaridade e experiência, dado que esta metodologia depende de fatores explicativos relacionados aos anos de estudo e de experiência. O modelo econométrico da equação é definido da seguinte forma:

$$w = \beta_0 + \beta_1 \text{Educ.} + \beta_2 \text{Exp.} + \beta_3 \text{Exp}^2 + x + u \quad (1)$$

Apresentada a equação e tomando-a como base, a equação expandida composta pelas características observáveis dos trabalhadores é definida por:

$$\ln w = \beta_0 + \beta_1 \text{Educ.} + \beta_2 \text{Sul} + \beta_3 \text{Norte} + \beta_4 \text{Centro-oeste} + \beta_5 \text{Nordeste} + \beta_6 \text{Sexo} + \beta_7 \text{Id} + \beta_8 \text{Id}^2 + \beta_9 \text{Raça} + \beta_{10} \text{Aux} + u \quad (2)$$

Em que: $\ln w$ é o salário recebido pelo trabalhador; β_i ($i = 1$ a 10) são os parâmetros a serem estimados; educ. é a escolaridade medida por anos de estudos; β_j ($j = 2$ a 5) são as regiões, sendo a região sudeste como referência; Sexo é a variável dummy, sendo 0 para homens e 1 para mulheres; Id é a idade; Id^2 a idade ao quadrado; Raça é a variável dummy sendo 1 para brancos e 0 para não brancos; Aux é a variável dummy que representa a parcela de indivíduos que receberam o auxílio emergencial 0 para os que não receberam e 1 para os que receberam; e u é o erro do modelo.

A variável que expressa a escolaridade do indivíduo será utilizada como uma proxy para experiência, dado que, quanto maior a escolaridade melhor as oportunidades de emprego com rendas elevadas. Ressalta-se que as variáveis escolhidas possuem influência na determinação da renda, sendo assim, espera-se

que todas tenham relevância para explicar o desempenho da desigualdade.

3.2 Fontes de dados

Para o cumprimento deste trabalho utilizou-se como base os dados da pesquisa nacional por domicílios no contexto da pandemia (PNAD COVID19), divulgada em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando o período de maio de 2020 a novembro de 2020 a qual fornece informações voltadas a área da saúde bem como o mercado de trabalho e o rendimento domiciliar, logo, o questionário aplicado é formado por três principais âmbitos: saúde, trabalho e rendimentos, todavia, para que seja realizada a análise em que se propõe este trabalho não será discutida questões acerca do âmbito saúde.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção será apresentado os resultados encontrados, portanto, para atingir o objetivo deste trabalho, será analisado a relevância de cada variável explicativa sobre a desigualdade de renda, dessa forma, para ajustar o modelo de regressão linear múltipla foi utilizado o software Stata 14.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas das variáveis

Variáveis	Média	Min.	Max.	Desvio padrão	Nº de observações
Superior Completo	0,16	0	1	0,36	2.022.543
Médio Completo	0,36	0	1	0,47	2.022.543
Fundamental Completo	0,16	0	1	0,36	2.022.543
Sul	0,17	0	1	0,38	2.022.543
Norte	0,11	0	1	0,32	2.022.543
Centro-Oeste	0,11	0	1	0,31	2.022.543
Nordeste	0,29	0	1	0,45	2.022.543
Sexo	0,53	0	1	0,50	2.022.543
Cor	0,42	0	1	0,49	2.022.543
Id	45,40	18	111	17,44	2.022.543
Id²	2365,95	324	12321	1728,78	2.022.543
Aux	0,47	0	1	0,50	2.022.543

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD COVID19 de 2020.

Tabela 2 – Regressão linear. Variável Dependente: Renda (valores em reais)

Variáveis	Coefficientes	Erro Padrão	Estatística t
Superior completo	2346.175*	4.94016	474.92
Médio Completo	477.7096*	4.000297	119.42
Fundamental Completo	212.8353*	4.654013	45.73
Sul	56.73651*	4.517043	12.56
Norte	-153.1332*	5.211246	-29.39
Centro-Oeste	159.7991*	5.272309	30.31
Nordeste	-266.5558*	3.948267	-67.51
Sexo	-755.1427*	2.970916	-254.18
Cor	182.9842*	3.310612	55.27
Id	95.82756*	.4397087	217.93
Id²	-1.039448*	.0044167	-235.34
Aux	-466.7952*	3.24251	-143.96
Constante	-786.6581*	11.51578	-68.31

Nº de Observações: 2.022.543

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD COVID19 de 2020.

Nota: Intervalo de Confiança a 95%.

Nível de significância: * Significativo a 1% ($p < 0,01$)

Os resultados encontrados evidenciam que todas as variáveis explicativas foram estatisticamente significativas ao nível de 1%, desse modo, podemos rejeitar a hipótese nula a qual estabelece que as variáveis explicativas não possuem efeito para explicar as mudanças na variável dependente, visto que as variáveis estimadas são importantes para explicar o modelo e cumprir o propósito deste trabalho.

Para estimar o nível de educação dos indivíduos foi definido três variáveis de ensino, sendo elas, fundamental completo, médio completo e superior completo, assim sendo, como já era esperado, todos os coeficientes foram positivos, uma vez que a amostra base utilizada foi de indivíduos sem instrução educacional.

Conforme demonstrado na tabela existe uma relação positiva entre as variáveis que representam o nível de educação e o rendimento, o que se confirma em trabalhos

como de Vasconcelos (2016), Langoni (1972) e Barros (2006) onde os autores apontam a sensibilidade dos rendimentos à educação, enfatizando a ideia de que quanto maior o nível de educação maior o rendimento, tal afirmativa vai de encontro a Teoria do Capital Humano, a qual foi inicialmente formalizada por Schultz (1973), segundo o autor quando o indivíduo passa a investir na sua educação seu conhecimento se expande de modo que sua produtividade cresça e conseqüentemente seus rendimentos aumentam, logo, pode-se dizer que a variável está de acordo com a literatura.

Quanto a variável raça pode-se afirmar que indivíduos brancos recebem maiores rendimentos comparado a pessoas não brancas, em relação a variável sexo os homens possuem rendimentos superiores, nesse sentido, a título de exemplo, se o indivíduo em questão for mulher e negra, a relação negativa aumenta significativamente. Este resultado também já era esperado, pois, resultado semelhante foi encontrado no trabalho de Soares (2000), reforçando as evidências de que a discriminação de gênero e racial impactam a renda negativamente.

Em relação a idade a mesma apresentou um coeficiente positivo, em contrapartida o coeficiente da variável idade ao quadrado foi negativo. Tais resultados também já eram anunciados, pois de acordo com a literatura, até certo ponto existe uma relação positiva entre idade e rendimento, porém os rendimentos são decrescentes, dessa forma, com o passar dos anos o indivíduo tende a ficar mais experiente, por conseguinte, sua produtividade aumenta, todavia, após esse ponto de maximização há queda nessa relação, dado que o envelhecimento reduz a sua capacidade de maximização.

No tocante às regiões, a região sudeste foi utilizada como região base, sendo assim, as regiões Norte e Nordeste apresentaram impacto negativo, o que pode ser explicado pelo contexto de crise econômica e sanitária que o país vivenciava, por outro lado, as regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram coeficientes positivos. De acordo com o Boletim Regional do Banco Central (BC) divulgado em abril de 2020 previam um impacto menor na região Sul e Centro-Oeste em comparação com outras regiões pelo fato de sua estrutura produtiva ser voltada ao agronegócio, setor o qual foi o menos impactado pela pandemia, dada a baixa concentração de pessoas e o aumento das exportações.

É importante destacar que as regiões norte e nordeste foram as mais

impactadas, segundo Trovão (2020) as desigualdades de rendimentos nessas regiões são expressivas, onde, os rendimentos dos 10% mais pobres destas regiões chegam a ser 93% e 95% menores quando comparado aos 10% mais pobres de outras regiões. O autor destaca que os mais ricos da região nordeste se apropriam da maior parcela da renda nordestina, no entanto, os 10% mais ricos do Brasil quando comparado aos mais ricos do Nordeste possuem rendimentos superiores a 30%. Em contrapartida, apesar do impacto negativo no período analisado, a região Sul é a que possui a melhor distribuição, o que pode servir de apoio para explicar os resultados dessa região, posto que dentre as regiões de impacto negativo foi a que apresentou o menor coeficiente.

Referente a variável auxílio, a mesma apresentou sinal negativo, entretanto, conforme exposto anteriormente sabe-se da importância dos programas de transferência de renda para a ampliação da renda e redução das desigualdades, sabe-se também que em períodos de crise as pessoas de baixa renda tendem a ser as mais prejudicadas dada a vulnerabilidade econômica e como a pandemia este resultado não foi diferente, porém, este efeito foi distinto entre as regiões.

Trovão (2020) aponta que regiões mais dependentes dessas políticas tendem a ser menos afetadas dado a amplitude das mesmas, entretanto, os resultados indicam o oposto, ademais, segundo ele, o efeito do auxílio tende a ser diferente em determinados grupos, visto que para trabalhadores formais que possuem rendimentos menores, de fato o benefício pode viabilizar a redução das desigualdades já que as perdas seriam menores, em relação aos informais isso também ocorreria pois ampliaria a renda da população mais pobre.

Deve-se destacar que embora o auxílio tenha amortecido o impacto da crise do coronavírus, o mesmo também provocou perda na renda, dado que, trabalhadores informais que possuíam rendimentos superiores ao valor do auxílio se depararam com a queda significativa de seus rendimentos. Por fim, dado o sinal negativo da variável auxílio pode-se inferir que este por si só, não foi capaz de reduzir expressivamente a desigualdade de renda, por outro lado, dado o cenário caótico em que a economia estava inserida os danos seriam ainda maiores caso o mesmo não fosse implementado, uma vez que garantiu estabilidade aos mais pobres, pois em comparação com a renda habitual a renda efetiva se tornou maior, portanto, em relação as famílias mais pobres o auxílio foi eficaz.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal, elucidar as causas associadas a desigualdade de renda bem como examinar a importância do Auxílio Emergencial e seu impacto sobre a desigualdade de renda no ano de 2020.

Os resultados encontrados evidenciam que a variável educação é relevante para explicar as variações na renda, e conseqüentemente a desigualdade, nesse sentido, pode-se dizer que quanto maior for o nível de escolaridade maior será a remuneração, logo, destaca-se a importância da qualificação educacional dos indivíduos a qual viabilizaria uma distribuição de renda mais igualitária.

Diante disso, é de suma importância o fortalecimento das políticas públicas de incentivo a educação aos menos favorecidos bem como o tratamento das desigualdades educacionais, de modo que a população mais pobre consiga alcançar rendimentos maiores o que conseqüentemente implica na redução da pobreza e desigualdade do País.

Historicamente, sabe-se que o Brasil é um dos países que possui o maior nível de desigualdade e com a chegada da pandemia isso ficou ainda mais evidente, a crise causada pela Covid19 ocasionou a queda da atividade econômica, uma vez que, as medidas de isolamento impostas para evitar a proliferação do vírus e preservar a vida, provocaram prejuízos significativos aos empresários e aos trabalhadores.

O benefício do auxílio emergencial apesar de ter se mostrado insuficiente para reduzir a desigualdade, serviu de apoio para evitar que esses impactos se tornassem ainda maiores. Tendo isso em vista, podemos inferir que, embora este programa tenha amenizado os impactos providos da crise, dada a expressiva desigualdade de renda existente na economia brasileira, este acabou por intensificar os impactos sob trabalhadores informais que possuíam rendimentos acima do valor do benefício.

Ademais, vale destacar que apesar do resultado exposto neste trabalho, é válido salientar a importância dos programas de transferência de renda, pois estes atenuam os danos causados pela má distribuição, garantindo aos menos favorecidos dignidade e autonomia como consumidores, dessa forma, é interessante que a análise da relação desses programas com a desigualdade de renda seja explorada em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rogério; PRATES, Ian. **Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP 936) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia** (Effects of Unemployment, Basic Emergency Income and the Emergency Employment and Income Preservation Program (MP 936) on Income, Poverty and Inequality during and after the Pandemic in Brazil). 2020.

Barros, R. P. D., Carvalho, M. D., Franco, S., & Mendonça, R. S. P. D. (2007). **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil.**

BARROS, Ricardo Paes de et al. **Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira.** 2007.

BARROS, Ricardo Paes de et al. **Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira.** 2006.

BARROS, Ricardo Paes de Organizador; FOGUEL, Miguel Nathan Organizador; ULYSSEA, Gabriel Organizador. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.** 2006.

BARROS, Ricardo Paes de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil.** 2007.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** 2001.

Boletim do Banco Central do Brasil - Boletim Regional do Banco Central do Brasil – abril 2020. **Efeitos econômicos da pandemia de COVID-19 nas regiões.** Publicação em meio eletrônico. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202004/br202004b1p.pdf>

CAMPANTE, Filipe R.; CRESPO, Anna RV; LEITE, Phillippe GPG. **Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais.** Revista Brasileira de economia, v. 58, p. 185-210, 2004.

CARDOSO, Bruno Baranda. **A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social.** Revista de Administração Pública, v. 54, p. 1052-1063, 2020.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD covid-19.** Carta Conjunt.(Inst. Pesqui. Econ. Apl.), p. 1-18, 2020.

CIRINO, Jader Fernandes. **Participação feminina e rendimento no mercado de trabalho: análises de decomposição para o Brasil e as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador.** 2008.

DA SILVA, Mygre Lopes; DA SILVA, Rodrigo Abbade. **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões.** Observatório Socioeconômico da Covid-FAPERGS, 2020.

DO MONTE, Paulo Aguiar. **Auxílio Emergencial e seu impacto na redução da desigualdade e pobreza.** 2020.

Gandra, Rodrigo Mendes. **"O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90."** História Econômica & História de Empresas 8.1 (2005).

HOFFMANN, Rodolfo. **Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-90.** Revista Brasileira de Economia, v. 49, n. 2, p. 277-294, 1995.

KUZNETS, S. **Economic growth and income inequality.** The American Economic Review., v. 45, n. 1, março 1955.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil.** Estudos Econômicos (São Paulo), v. 2, n. 5, p. 5-88, 1972.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio; CAMPELO, Guaracyane. **Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?.** Revista Brasileira de Economia, v. 65, p. 267-288, 2011.

MARINS, Mani Tebet et al. **Auxílio Emergencial em tempos de pandemia**. Sociedade e Estado, v. 36, p. 669-692, 2021.

NERI, Marcelo Cortes. **A educação profissional e você no mercado de trabalho**. Instituto Votorantim Rio de Janeiro. FGV/CPS, 2010.

NERI, Marcelo; HECKSHER, Marcos. **A montanha-russa da pobreza**. 2022.

RAMOS, Carolina Lima. **O Impacto do auxílio emergencial sobre a pobreza e a desigualdade durante a pandemia do Coronavírus**. 2021. Tese de Doutorado.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa**. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

SOARES, Fábio Veras et al. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. 2006

SOARES, S. **Discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho. Mercado de trabalho: conjuntura e análise** [edição especial para a Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância]. IPEA: Rio de Janeiro, Ano 6, n. 13; p. 39-45, 2001

TROVÃO, C. J. B. M. **A pandemia da covid-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

VASCONCELOS, J. C. **Ensaio sobre desigualdade de renda e educação no Brasil**. 106 f.: Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Pós-graduação em Economia Rural, Fortaleza-CE, 2015.